

Inclusão/Exclusão Social: Dialogando com as Professoras de Educação de Jovens e Adultos - EJA*

Ruth Pavan¹

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado da tese que teve como objetivo compreender a reflexão dos professores e das professoras da Educação de Jovens e Adultos sobre a exclusão social na sociedade brasileira atual. Inscreve-se na teoria crítica, segundo a qual a exclusão não é provocada pelo indivíduo, mas fruto das relações da sociedade capitalista. As informações coletadas no campo empírico se deram por meio de entrevistas semi-estruturadas, numa abordagem qualitativa, portanto numa perspectiva de aprofundamento, não de quantificação ou generalização dos dados coletados. O recorte apresentado neste artigo diz respeito às respostas das professoras acerca do que refletem sobre inclusão/exclusão social. Foi possível compreender que a reflexão das professoras está atravessada pela ideologia neoliberal, sobretudo nos aspectos afetos ao individualismo. Os resultados da pesquisa demonstram que, por elas viverem em uma sociedade marcadamente neoliberal, têm dificuldades de refletir criticamente sobre os processos de exclusão social, entendendo-a como causada pelo próprio indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação de Jovens e Adultos. Formação de Professores/as. Inclusão/Exclusão Social.

ABSTRACT

The article in hand presents the results of a thesis that aimed at understanding the reflections of teachers (male and female) in the Education of Young People and Adults, on social exclusion in present day Brazilian

society. The critical theory is adhered to, according to which, exclusion is not provoked by the individual but is the fruit of relationships in the capitalist society. The information gathered in the empirical field was acquired by way of semi-structured interviews, within a qualitative approach, therefore, within a depth perspective, not of quantification or generalization of the data collected. The aspect presented in this article examines the answers of the teachers as to how they reflect on social inclusion/exclusion. It was possible to understand that the reflection of the teachers is run through with neo-liberal ideology, above all in the aspects related to individualism. The results of the research show that because they live in a society markedly neo-liberal, they have difficulties in reflecting critically on the processes of social exclusion, understanding it to be caused by the actual individual.

KEYWORDS

Education of Young People and Adults. Teacher Training. Social Inclusion/Exclusion.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciar entendo que seja importante destacar, que a exclusão, segundo a teoria crítica, é um fenômeno cada vez mais presente nas sociedades atuais. No contexto atual, seguindo esta reflexão, entende-se que várias são as formas de exclusão, bem como os motivos que levam um sujeito a ser excluído, desfilado (CASTEL, 2000), desqualificado socialmente (PAUGAM, 1999; 2002), perder seus vínculos, ser

* Versão revisada do trabalho apresentado oralmente na VIII ANPED Centro-Oeste, Cuiabá, 2006.

¹ Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Educação na Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

estigmatizado e discriminado (SPOSATI, 1999), não ter pertencimento social (SCOREL, 1999), ser descidadanizado (KOWARICK, 2003). Estas formas são histórica e culturalmente construídas, e entendo que, quando seguimos como método de análise a reflexão crítica, não podemos deixar de procurar compreender se estas formas estão ou não presentes nas manifestações das educadoras da Educação de Jovens e Adultos - EJA e se consideram algumas formas mais “cruéis” do que outras.

Destaco que o percurso metodológico adotado não me levou a quantificar e tampouco a generalizar, mas a aprofundar a compreensão da reflexão dos professores sobre os processos de exclusão. Assim, por meio de entrevistas e do convívio na escola pesquisada, busquei compreender a reflexão dos professores e das professoras e os componentes que a caracterizam no que se refere aos processos de exclusão. Não indicarei os nomes reais das professoras, nem o nome da escola, para que se preserve o anonimato.

O critério utilizado para a escolha dos/as professores/as entrevistados/as foi que incluíssem ao menos um/a professor/a das diferentes áreas do conhecimento do Ensino Fundamental, motivo pelo qual escolhi uma escola que atua em todas as séries e/ou fases do Ensino Fundamental da EJA.

O DIÁLOGO COM AS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para compreender a concepção de exclusão social dos/as professores/as, trago ao mesmo tempo alguns questionamentos e respostas das professoras entrevistadas. Início com a professora Paula, para quem, após fazer algumas perguntas, mais voltadas à sua vida e experiência profissional, perguntei quais eram os maiores problemas do Brasil. Ela respondeu: “São tantos [...] a falta de tudo que um ser humano poderia ter, como principal, como básico é a alimentação e o acesso à escola, à saúde, à segurança [...]”. Observo que, embora a professora tenha dito inicialmente que “são tantos”, na sua resposta há apenas os problemas de ordem material, sem dúvida imprescindíveis para a vida humana. Continuando a entrevista, perguntei quais eram as razões destes problemas, e ela apontou a família, os pais que não cuidam dos seus filhos. Destaco que, mesmo que, neste momento, ela não chegue a reafirmar a idéia de que é o próprio indivíduo o

responsável pela exclusão², não foge da lógica de que a exclusão é causada pelo próprio excluído³, uma vez que se restringe à família (excluída!), sem estabelecer conexões com a sociedade. Quando a questioneei sobre a exclusão propriamente dita, destacou: “Excluído é aquele que não tem condições, não tem uma profissão, não tem condições de arcar com suas responsabilidades”. Para os autores que utilizei nesta pesquisa, a falta de emprego é uma questão central na exclusão, só que, diferentemente do que a professora aponta, para os teóricos, este problema faz parte da lógica capitalista. Já a professora, como salientei, vê isto como um problema de ordem familiar⁴ ou de educação (pais sem condições = filhos sem condições, pai sem estudo = filho sem estudo), não estabelecendo relações entre a família, a escola e a sociedade e muito menos fazendo alguma referência a relações injustas na sociedade atual. A professora não contextualiza, não apresenta razões históricas nem culturais para a exclusão social.

Ainda com o mesmo intuito, trago as falas da professora Raquel. Questionada sobre os problemas, destaca o desemprego e, ao ser perguntada sobre a exclusão, também ressalta o desemprego: “A exclusão seria o desemprego. O desemprego exclui. Se você não tem um emprego, você vai ficando marginalizado. Marginalizado pelos outros”. A professora não aponta outras formas de exclusão e indica como causa desta exclusão a falta de qualificação, destacando que “[...] a pessoa não se qualifica por não ter oportunidade, **ou porque não quer**, ou porque mora longe [...]”. Faço o destaque na fala, pois, embora a professora mencione a falta de oportunidade, analisando a entrevista no seu todo, posso afirmar que, segundo seu entendimento, o *não querer* aparece como fator determinante. A mesma professora ainda enfatiza que o governo está fazendo a sua parte ao implantar a EJA, reconhecendo-a como fator de inclusão, porém sem garantia. Da mesma forma que a entrevistada anterior, Raquel também não menciona a injustiça social e não questiona a desigualdade social. Seguindo o que é recorrente na fala das entrevistadas, a desestruturação da família é apontada como causa de problemas na escola e na sociedade: “E aí, quando a família é cada vez mais desestruturada, o pai vai para um lado, a mãe para o outro. A gente tem inúmeras mães que só elas criam os filhos, e aí ela tem que trabalhar o dia inteiro. Aí sentar com o filho [...], dizer para o filho: isso não pode, isso pode [...].” (Professora Raquel).

² Uma das explicações mais recorrentes sobre a exclusão foi a de que é o próprio indivíduo que se exclui.

³ Garcia (2002), escrevendo sobre a forma como os excluídos são tratados, destaca: “A violência, que está presente nas ruas e nas telas de televisão, é discutida, ou melhor, apresentada, como tendo nome e sobrenome, personificada, nos bandidos, nos assaltantes, nos seqüestradores” (2002, p. 158).

⁴ Matos (2005) observa: “Na realidade, os sistemas de classificação que tendem a associar os fracassos da escolarização aos défices de qualificação dos pais, das famílias, do meio sociocultural ou dos próprios alunos, também são aplicáveis àqueles que os utilizam para se 'protegerem' relativamente à possibilidade de serem responsabilizados pela vitimização escolar, tornando-se, por isso, eles próprios vítimas dos processos de vitimização”. (p. 141).

Estas falas das entrevistadas permitem afirmar que as professoras tendem a restringir a exclusão aos aspectos econômicos e têm muita dificuldade para compreender criticamente os processos de exclusão.

Considero relevante destacar que, o fato de por via de regra, as professoras restringirem a exclusão ao ponto de vista econômico, segundo a reflexão crítica, este não é o maior problema, embora seja um dado importante. Aliás, muitos são os autores, mesmo críticos (sobretudo os que ainda mantêm uma forte tradição marxista), que a vêem de fato como a mais central⁵. Mesmo Castel (2000) relaciona o processo de exclusão à perda de um conjunto de direitos ligados à sociedade do trabalho: “Na maior parte dos casos, o excluído é de fato um *desfilhado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis”. (CASTEL, 2000, p. 24). Ou seja, num primeiro momento, poder-se-ia até dizer que a compreensão de exclusão das professoras contém um elemento da compreensão crítica. Como afirma Paula: “É porque justamente aquele excluído é aquele que não tem... condições, ele não tem uma profissão, ele não tem um salário, né, que é, dê condições de arcar com suas responsabilidades, suprir as suas necessidades”. Porém, a possibilidade de esta posição ser considerada como uma compreensão crítica fica inviabilizada, quando as professoras deixam de mencionar o processo de produção da exclusão, reduzindo-o à esfera individual ou familiar e circunscrevendo-a ao mundo dos excluídos. Como afirma Bauman (2003), ao analisar a sociedade, a exclusão hoje é apresentada como se existissem dois mundos, como se estes mundos não tivessem nada a ver um com o outro, como se fossem incomunicáveis. Tudo que se deseja é que sejam vistos desta forma: “Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais” (BAUMAN, 2003, p. 79).

Mesmo o fato de procurarem a EJA passa a ser visto como uma questão de perceber que o sujeito precisa ir atrás das exigências que a sociedade e o mercado de trabalho estão fazendo para qualificar-se enquanto indivíduo e preparar-se para ocupar uma vaga, um emprego. Como diz a professora Rosa:

Porque eles têm mais dificuldade de acharem um emprego se eles não têm a qualificação, ou seja, pelo menos o Ensino Fundamental, por exemplo. [...] Então eles

sabem que, que a, a sociedade está exigindo isso, e eles sabem que eles necessitam disso também. E eles sabem que pelo menos eles têm que ler e interpretar as coisas com, corretamente, a tecnologia e tudo que existe no emprego deles hoje eles vão, eles vão ficar à margem se eles não se adiantarem, se eles não procurarem melhorar, né? Então eles estão aqui exatamente por um objetivo. (Professora Rosa).

Considerando a entrevista como um todo, o que se pode perceber é que o sujeito que está excluído, segundo a professora, é porque não estudou (ou porque a família não tem estudo), e quando os sujeitos procuram a EJA, é porque se deram conta de que precisam buscar uma qualificação. Novamente deve-se destacar que o desemprego é efetivamente um grande fator de exclusão, porém sua causa não está simplesmente no fato de o indivíduo não ter estudado, mas na sociedade capitalista, que, segundo Marx (1993), vê com bons olhos o desemprego, pois leva a uma menor mobilização da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. Assim, a professora até percebe uma das causas da exclusão, mas não a explica de forma crítica. Kowarick (1999), que vê a exclusão como “o inverso da cidadania entendida como extensão e consolidação dos direitos” (p. 139), também aponta o desemprego como um fator preponderante para os processos de exclusão, porém, diferentemente da professora, o associa de forma crítica às lutas sociais e políticas.

Desemprego, por exemplo, é o contrário de cidadania, não no seu aspecto formal, mas na sua realização substantiva, o que significa dizer que a questão da exclusão ou marginalização social e econômica está diretamente ligada ao tema das lutas sociais, da capacidade que certos grupos têm de se organizar e de levar adiante suas reivindicações para a conquista de benefícios. Daí as lutas sociais estarem ligadas ao tema exclusão e consolidação da cidadania. (KOWARICK, 1999, p. 139).

De modo semelhante à professora Rosa, Raquel e Paula, como já indiquei anteriormente, também entendem que a exclusão é o desemprego e identificam como sua causa a falta de qualificação do indivíduo trabalhador. Destaco também a fala da professora Roberta:

⁵ No *Atlas da exclusão, número 4: a exclusão no mundo*, mesmo que os organizadores afirmem que há a necessidade de usar vários indicadores, os que são apresentados têm uma característica econômica: “Assim, para um conjunto de 1,6 bilhão de pobres, existem 800 milhões de pessoas desnutridas, 860 milhões de analfabetos e um universo de quase 874 milhões de trabalhadores que possui inserção precária no mercado de trabalho sob forma de desemprego ou ínfimos salários” (2004, p. 48).

Eu estou cansada de ver, no Rio de Janeiro vai ter um, [concurso] não sei quantas vagas pra garis, mas eles querem que tenha no mínimo 2º grau. Você vê, é uma profissão, digna, mas que, de, assim, o que um, um formado, um jovem que tenha o 2º grau vai ter melhor do que um que tenha o 1º pra varrer rua! Mas tem! E quanto mais escolaridade, quanto mais evolução no conhecimento, mais educação, mais, mais assim, saber conviver, saber dialogar saber atender, saber conversar.

Como se percebe, a professora destaca que existe emprego, só que o indivíduo não está apto a exercer a atividade requerida pelo mercado de trabalho, sugerindo que o fato de esse indivíduo estar excluído do mercado do trabalho pode ter sua causa no próprio fato de o aluno/trabalhador não estar qualificado.

Já a professora Tereza, ao ser questionada sobre os principais processos de exclusão no Brasil, parecia meio surpresa, dizendo: “Como assim?”, e acabou respondendo: “Eu acho assim, o que mais exclui é eles mesmo, é de onde eles vêm, é classe, né”. O fato de ter citado a classe social como forma de exclusão não significa que ela esteja sendo crítica, pois, ao ser questionada sobre a causa da exclusão, respondeu enfaticamente:

Eu acho que é falta de estudo, cada vez mais quem, quem não está estudando, quem está sabendo menos está ficando [...]. E cada vez mais estão ficando excluídos e cada vez mais pobres aqueles que não tiveram algum estudo. Não têm uma chance de ir para a frente.

Nas entrevistas, vários elementos me chamaram a atenção. Porém destaco um deles, justamente pela ausência, pois entendo que escrever sobre sua ausência é fundamental. Estou me referindo ao fato de nenhuma professora sequer ter pronunciado a palavra “injustiça”⁶ em nenhum momento das nossas entrevistas. Embora elas se mostrassem sensíveis aos problemas de seus alunos e alunas, a palavra “injustiça” não foi usada.

Como afirma Bauman (2003), a sociedade atual entende que não existe injustiça. Segundo ele, a justiça consiste exatamente em cada um ter o que conseguiu única e exclusivamente com as suas próprias forças: “Se qualquer coisa além do mérito imputado fosse reconhecida como título legítimo, aquele princípio perderia sua maravilhosa capacidade de conferir

dignidade ao privilégio” (BAUMAN, 2003, p. 57). Ou seja, injusta na sociedade capitalista atual é a proteção social contra o infortúnio individual, ainda que de fato seja produzido pela lógica da sociedade capitalista.

A não-menção da injustiça reinante na sociedade brasileira, por parte das professoras, também pode ser compreendida considerando a diferença entre as pretensões do mercado e as da democracia, pois “[...] se a justiça é o valor orientador de uma democracia, o mercado é – tanto por sua estrutura como pela lógica de seu funcionamento – completamente indiferente diante dela” (BORON, 2000, p. 25). Segundo o mesmo autor, a justiça para o neoliberalismo é uma “distorção econômica” que interfere no lucro.

Com base nesta reflexão e na contribuição dos/as autores/as aos/às quais recorro neste trabalho, é possível perceber, de forma bastante evidente, como a concepção de exclusão social, na linguagem de Boron (2000), está atravessados pela ideologia planetária do neoliberalismo.

Como afirma Frei Betto: “Hoje, o neoliberalismo arvora-se à condição de religião laica. É preciso crer nos índices do mercado, ter esperança nas promessas do capital e amar o próprio bem-estar” (BETTO, 2000, p. 162). Infelizmente, quando penso na total ausência da palavra “injustiça” nas falas das professoras, sou levada a escrever que as professoras entrevistadas são influenciadas pelo neoliberalismo. Escrevo “infelizmente” porque,

[...]o neoliberalismo introduz, agora, a exclusão social, o desemprego crônico, a hegemonia cultural anglo-saxônica, o consumismo como sentido de vida, a violência como atração turística, a pornografia como apelo mercadológico, a despolitização como virtude e a desistorização do tempo como forma de erradicar do coração humano as utopias (o que muito agrada ao narcotráfico). (BETTO, 2000, p. 162).

A citação de Frei Betto permite compreender de que forma o neoliberalismo foi ganhando todo um campo de significados na sociedade, na qual, hoje, na maioria das vezes, não se foge às regras estabelecidas por ele. Este parece ser também o caso das professoras da EJA, que, além de não mencionarem a injustiça, afirmam que a pior forma de exclusão é aquela promovida pelo próprio indivíduo.

⁶ Lembro, com Sader, “que o Brasil é um país que carrega o peso de ser o país mais injusto do mundo, aquele em que a distribuição de renda é a pior. A injustiça não decorre da pobreza – o Brasil é a 11ª economia do mundo, em termos de produção bruta –, mas de sua péssima distribuição” (2005, p. 129). Lembro ainda, com o autor, que o Brasil foi o último país a acabar com a escravidão, ainda não fez a reforma agrária e tem como prioridade atender ao capital financeiro.

Diante dessas colocações, vejo-me impulsivada a citar Althusser:

Peço desculpas aos professores que, em condições assustadoras, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam, as poucas armas que podem encontrar na história e no saber que “ensinam”. São uma espécie de heróis. Mas eles são raros, e muitos (a maioria) não têm nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou o que é pior, põem todo seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos!). Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão “natural” e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos, como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás. (ALTHUSSER, 2001, p. 81).

O sentido desta citação, neste trabalho se faz desde as primeiras palavras, “peço desculpas”, pois foi comovente perceber, nas professoras entrevistadas, a vontade de acertar, de fazer uma educação que ajudasse aqueles e aquelas jovens e adultos a melhorarem de vida.

Diante disso, só me resta pensar que, se, como afirma Frei Betto, o neoliberalismo tornou-se a religião laica, ele, assim como toda religião, também tem os seus infieis, e que apesar da hegemonia neoliberal, que dificulta a reflexão crítica sobre a exclusão social, é possível desenvolver reflexões/práticas infieis no espaço escolar. Mesmo que o mercado considere necessário que a educação persiga os “objetivos empresariais de preparação adequada para o trabalho com vistas à competitividade do mercado internacional e de incorporação dos valores neoliberais que facilitem a consolidação da hegemonia” (GARCIA, 2002, p. 161), é possível, como diz Freire (2004b), encontrar frestas para burlar esta ideologia.

O fato de as professoras terem apontado o desemprego como forma principal de exclusão não deixa de ser uma percepção daquilo que hoje se passa na sociedade em termos de exclusão social, ainda que, como vimos, não o façam de forma crítica, pois não identificam suas causas na sociedade, mas, sim, no indivíduo desqualificado para o trabalho.

Neste sentido, considero importante lembrar que, embora se apregoe, neste momento histórico, entre outras coisas, que vivemos em uma “sociedade democrática”, ou o “fim das ideologias”, ou ainda “o fim do trabalho como a realização concreta do reino da liberdade” (ANTUNES, 2001, p. 36), como observa o

autor, isto não passa de uma ideologia que encobre a realidade concreta.

Ao contrário destas formulações, pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa sociedade dos excluídos e dos precarizados, que hoje atinge também os países do Norte. (ANTUNES, 2001, p. 36).

Assim, pode-se dizer que, quando as professoras colocam a inserção no mundo do trabalho como condição de inclusão, pelo menos não estão caindo na falácia de que seja possível existir uma sociedade sem trabalho. Como afirma Tardif: “Tal como Marx já havia enunciado, toda práxis social é, de uma certa maneira, um trabalho cujo processo de realização desencadeia uma transformação real no trabalhador” (TARDIF, 2002, p. 56). Porém, como as professoras fazem parte de uma sociedade fundada na ideologia neoliberal, colocam a questão de ter ou não ter um emprego no próprio indivíduo, vinculando-a ao estudo, sem fazer nenhuma referência ao processo de exploração. Como afirma a professora Roberta:

O jovem, quando ele tá, trabalhando, ele tá vindo chegar o final do mês, ter, né, um salário adequado que dê pra ele ter moradia, alimentação, vestimenta, como prevê a nossa Constituição, [...] “eu hoje eu sou alguém, eu tenho emprego, a carteira assinada”, eles se orgulham muito de ter uma carteira assinada, de ter um emprego. “Ah, professora, eu trabalho, professora”.

Pode-se salientar a dificuldade de as professoras desenvolverem uma concepção crítica de exclusão social, pois parece que basta ter emprego, **qualquer** emprego, que o problema da exclusão estará resolvido para o sujeito, assim como parece que ter estudo é suficiente para ter um emprego. Como afirma a professora Mara:

Os jovens, por exemplo, querem estudar, querem aprender é, para... assim para ter melhores empregos, no caso, né? Eu tenho uma mocinha aqui que ela diz: “Professora, eu queria ser nem que seja balconista, professora.” Eu falei: “**Então estuda, filha**”. (grifo meu).

Assim, muito embora nas falas das professoras se expresse o desejo de verem seus alunos incluídos e incluídas no mundo do trabalho, pode-se, com base em Oliveira (2004), perceber que esta inclusão desejada, ao não questionarem a sociedade nem seus processos de exclusão, refere-se ao “movimento cíclico de exclusão e inclusão operado pelo capital”⁷. (OLIVEIRA, 2004, p. 73). Isto é, trata-se da inclusão como “reabsorção”, “recolocação” ou ainda “inclusão subordinada”. Como afirma Martins (1997), o capitalismo primeiro exclui para depois incluir ao seu modo, ou seja, para incluir de forma precária, marginal e instável. Trata-se da “[...] inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há senão, na sociedade, lugares residuais” (MARTINS, 1997, p. 26).

Sinto-me na obrigação de esclarecer que não estou negando que a escola pode efetivamente contribuir para a melhoria da vida dos alunos. Como dizia a professora Mara: “Como diz o meu aluno aqui: ‘Professora, é para eu sair do escuro’. Agora que ele começou a ler, semana retrasada, o que é que ele disse? ‘Eu não sou mais cego, professora, eu consigo enxergar. Agora já posso ir ao banco’”. Como afirma Freire: “Estudar é mesmo uma tarefa penosa, às vezes até cansativa. Mas quando o jovem *aprende*, sente dentro dele, quando ilumina, quando decifra o objeto de estudo ele explode de alegria” (FREIRE, 2004a, p. 269). O que questiono é a forma mecânica de estabelecer a relação entre o fato de estudar e o de conseguir emprego, sem fazer uma análise das contradições da sociedade capitalista (lembro que as professoras não falam em injustiça).

Pela análise das colocações das professoras entrevistadas, ainda é possível afirmar, baseada em Antunes (2001), que elas têm dificuldade de perceber que o capitalismo contemporâneo, da forma como vem se configurando, apresenta, de forma ainda mais evidente, sua “lógica destrutiva” (ANTUNES, 2001, p. 37). Elas não percebem que, por meio da ideologia neoliberal, “[...] o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social” (ANTUNES, 2001, p. 37).

Outra observação importante a ser feita sobre as falas das professoras da EJA sobre a exclusão social é que não fazem nenhuma referência à diferença que existe hoje em relação à pobreza, ao desemprego e à exclusão de outras épocas. De modo semelhante a outros autores críticos citados, Santos (2004) também observa que a pobreza do momento atual se diferencia

das épocas anteriores pelo fato de ela ser deliberada e ter um caráter de permanência. Segundo o autor, trata-se “[...] de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global” (SANTOS, 2004, p. 72). Ainda segundo o mesmo autor, a pobreza, embora produzida politicamente por agentes globais com a participação dos governos nacionais, é naturalizada como se nada pudesse ser feito. “Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável” (SANTOS, 2004, p. 73). Outra diferença em relação à pobreza anterior, destacada por Santos, é o fato de este discurso ter a convivência ou até mesmo a participação de intelectuais, muitos deles contratados para defender/legitimar esta naturalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas entrevistas realizadas, penso poder dizer que o discurso neoliberal está fazendo efeito, pois as professoras da EJA entrevistadas não mencionaram as relações sociais de produção e a reprodução das desigualdades nem falam em injustiça. Quando mencionam os problemas (dos indivíduos), tendem a responsabilizar o próprio indivíduo ou a família dele. Assim, a concepção de exclusão social dos/as professores/as entrevistados/as tende a seguir a lógica neoliberal, não estabelecendo relações com a sociedade capitalista, com o contexto atual que de fato é a causa da exclusão, conforme a teoria crítica.

Por fim, é importante lembrar que estas professoras são fruto do contexto, das condições materiais de existência (salários aviltantes) e de processos de formação, igualmente articulados a este contexto. Neste sentido, ao trazer esta reflexão das professoras, sob hipótese alguma foi minha intenção ver os educadores e educadoras como indivíduos culpados pela sua forma de pensar, mas chamar a atenção para a necessidade de, como educadores de educadores, continuarmos nossa luta pela transformação da sociedade, como sustenta a teoria crítica, e fazermos o possível para que haja uma formação crítica dos nossos educadores e educadoras.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.

⁷ Destaco que mesmo que Oliveira (2004) esteja, na frase citada, se referindo a outro momento histórico, é possível ainda utilizarmos as mesmas expressões, pois continuamos vivendo numa sociedade capitalista, porém temos de reconhecer que, no contexto, atual o caminho da exclusão para a inclusão é cada vez mais difícil.

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BETTO, Frei. A esquizofrenia (neo) liberal. In: SADER, Emir; BETTO, Frei. **Contraversões**: civilizações e barbárie na virada do século. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 161-162.
- BORON, Atilio A. Os “novos Leviatãs” e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 07-67.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY-BELFIORE, Mariângela et al. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000. p. 17-50.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004a.
- FREIRE, Paulo. **À sombra da mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2004b.
- GARCIA, Regina Leite. A educação escolar na virada do século. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 2002. p. 145-168.
- KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.
- KOWARICK, Lúcio. O conceito de exclusão social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999. p. 138-142.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.
- MATOS, José A. C. e Manuel. **Solidões e solidariedades na profissão docente**: sofrimento e crise da profissionalidade dos professores. Versão digital, 2005.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.
- PAUGAM, Serge. Abordagem sociológica da exclusão. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999. p. 49-62.
- PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 67-86.
- POCHMANN, Marcio [et al.] (Org.). **Atlas da exclusão social**: volume 4: a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2004.
- SADER, Emir. **Perspectivas**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da Linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999. p. 126-138.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.